



Câmara Municipal de Jundiá

LEI COMPLEMENTAR

N.º

de / /

Processo n.º 32.954

RETIRADO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 604

Autoria: FELISBERTO NEGRI NETO

Ementa: Regula atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral.

Arquive-se

Alexandre
Diretor

18/12/2001



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

02
32.954
AM

Matéria: PLC nº 604	Comissões	Prazos:	Comissão	Relator
À Consultoria Jurídica. <i>W. Marfedi</i> Diretora Legislativa 18/06/2001	CJR	projetos vetos orçamentos contas aprazados	20 dias 10 dias 20 dias 15 dias 7 dias	7 dias - - - 3 dias
QUORUM: MA				

Comissões	Relator	Voto do Relator
À CJR. <i>W. Marfedi</i> Diretora Legislativa 18/09/2001	Designo o Vereador: <i>Daniel L. Prizto</i> Presidente 18/09/01	<input type="checkbox"/> favorável <input checked="" type="checkbox"/> contrário <i>Amorim</i> Relator 18/09/01
À _____ Diretora Legislativa / /	Designo o Vereador: _____ Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário Relator / /
À _____ Diretora Legislativa / /	Designo o Vereador: _____ Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário Relator / /
À _____ Diretora Legislativa / /	Designo o Vereador: _____ Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário Relator / /
À _____ Diretora Legislativa / /	Designo o Vereador: _____ Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário Relator / /
À _____ Diretora Legislativa / /	Designo o Vereador: _____ Presidente / /	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário Relator / /

cf. SMPMA 286/2001 (fls. 11/12)
à Consultoria Jurídica
W. Marfedi
Diretora Legislativa
05/09/2001



03
32.954
@m

PUBLICAÇÃO Rubrica
29/06/2001 04

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO PAULO

032954 JUN 01 26 E 8 34

PP 167/01

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Apresentado. Encaminhe-se à C. J. e a:
CJR
Presidente
26/6/2001

RETIRADO
Presidente
13/11/2001

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 604
(do Vereador Felisberto Negri Neto)

Regula atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral.

Art. 1º. A exploração das atividades de pesquisa, extração, beneficiamento, engarrafamento, estocagem e comercialização de água mineral poderá instalar-se no Município, independentemente da área de setorização, desde que:

I - as instalações não impliquem obras ou serviços que prejudiquem a preservação da vegetação natural ou as condições naturais dos cursos d'água;

II - as atividades não sejam:

a) geradoras de tráfego incompatível com a capacidade das vias oficiais de acesso ao imóvel;

b) prejudiciais ao equilíbrio ambiental da região;

III - todos os projetos de obras civis necessárias ao exercício das atividades sejam elaborados e aprovados de acordo com a legislação pertinente.

Parágrafo único. A localização e o funcionamento dos estabelecimentos em áreas contidas no polígono de tombamento de Serra do Japi serão permitidos, desde que:

I - não haja:

a) supressão vegetal;

b) movimentação de terra;

c) construção de novas estradas ou ampliação das já existentes;

d) interferência na vazão e qualidade das águas superficiais;



(PLC nº. 604 - fls. 2)

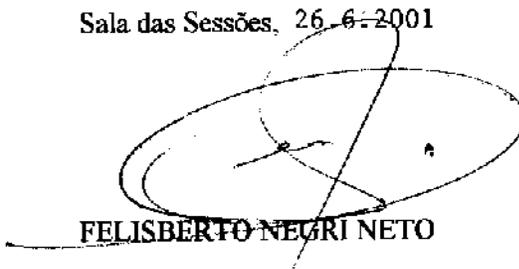
c) instalação de captações ou barragens nos cursos d'água existentes no local;

II - a produção diária e o seu transporte sejam compatíveis com a capacidade das estradas de acesso e não gerem tráfego incompatível com o equilíbrio ambiental da região.

Art. 2º. É vedado o uso, para fins industriais, de recursos hídricos de nascentes e cursos d'água situados na Macrozona de Preservação Ambiental e de Conservação de Vida Silvestre, exceto se obtida através de jazidas de águas subterrâneas, mediante aprovação prévia dos organismos federal, estadual e de gestão de recursos hídricos, na forma da lei.

Art. 3º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26.6.2001



FELISBERTO NEGRI NETO



(PLC nº. 604 - fls. 3)

Justificativa

O Brasil vive hoje a pane da energia elétrica. O racionamento é inevitável. A sociedade vê-se acuada e assustada, tamanha é a incerteza do próprio Governo, que não sabe definir os caminhos a serem seguidos.

Percebido anteriormente como uma eventualidade remota, o racionamento passou a ser considerado urgente e necessário, agora com o programa de cortes proposto pelo Governo e outras medidas desastrosas, como multa pelo consumo além de determinado nível, "feriadão" e tantas outras... Isso provocará, com certeza, tamanho impacto sobre as atividades econômicas que o crescimento brasileiro deste ano poderá reduzir-se pela metade, previsto inicialmente para 4,2, do PIB. Os números assustam!

Certo é que só por miopia ou ingenuidade seria possível negar os erros que vêm sendo cometidos pela Administração Federal e o descaso para com os antecedentes históricos recentes, da falta de estrutura nos serviços públicos, seja no fornecimento de energia, seja na área da saúde pública, ou mesmo no abastecimento de água, que tem afetado de maneira drástica as grandes cidades, também com racionamentos que têm sido uma constante na vida do cidadão.

E o fato é certo, de que a falta de chuvas e a carência de água têm marcado nossos dias de sossego, como declarou o Ministro Pedro Parente, agora deslocado para a Presidência da recém-criada Câmara de Gestão da Crise de Energia, que só foi alertado sobre a real situação energética na semana retrasada... Mais incrível porém é que esse primeiro escalão tenha esperado tanto tempo para ser alertado, visto que a crise era uma crônica anunciada - e insistentemente anunciada -, não há uma semana, mas há alguns anos. Os reservatórios de água das represas que geram energia estão abaixo do nível mínimo, ou seja: falta água para tocar os geradores.

Não vamos ignorar também, pois o momento é dos mais oportunos para se iniciar uma reflexão sobre o problema da água no mundo e especialmente em nossa cidade.

Quando se pensa na enorme quantidade de água que utilizam os países industrializados descobre-se que a água doce chega a ser rara, apesar de sua aparente abundância.



(PLC nº. 604 - fls. 4)

O mesmo acontece com os países em desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, onde o território está total ou parcialmente sujeito a um grande déficit pluviométrico, cujo corolário é uma estação seca de longa duração.

Em grande parte dos continentes ou falta água ou a água existente apresenta-se poluída, ou ainda de forma não aproveitável para o consumo humano. O volume de água doce é muito limitado.

A construção de grandes barragens vem sempre acompanhada de efeitos negativos, que em geral não são levados em consideração no balanço definitivo das implementações.

Temos que encontrar alternativas para, sem causar danos à natureza, propiciarmos novas fontes de abastecimento de água para o consumo humano, pois menos de 3% (três por cento) da água potável do planeta vem de cursos superficiais e lagos. A outra parte, mais de 97% (noventa e sete por cento), estimada em cerca de dez quatrilhões de metros cúbicos encontra-se no subsolo. Os recursos hídricos subterrâneos são, em geral, excelente qualidade, constituindo não só uma reserva que pode ser utilizada para atender o abastecimento público e demais usos, mas a maior fonte para o atendimento de todas as necessidades humanas. No caso da água mineral, esta não sofre contaminação na nascente, pois é retirada de fontes e jazidas entre 200 (duzentos) e 300 (trezentos) metros de profundidade, sendo isolada por mecanismos naturais de pureza. Além disso, a água de mesa não contém as propriedades físico-químicas que possui a água mineral, sendo inativa do ponto de vista terapêutico. O cidadão está consumindo mais água mineral, o que mostra a importância da exploração e uso racional da água subterrânea como fonte de abastecimento hídrico, incluindo as águas minerais.

Ao contrário do que imagina o público leigo, a indústria de águas minerais exige muitos investimentos, a começar pelas áreas de preservação ambiental, necessárias ao funcionamento das fontes. A preservação das áreas de proteção das fontes é o meio mais seguro de se garantir a qualidade de suas águas, impedindo a contaminação dos aquíferos por agentes estranhos. A indústria engarrafadora de águas, portanto, ajuda a preservar o meio ambiente e a não degradá-lo, razão pela qual não podemos nos dar ao luxo de privar-nos de permitir que em nosso território municipal possam ser exploradas as jazidas de água que porventura existam, observada rigorosamente a proteção ambiental e a sua exploração racional, fato este de suma importância que levo a Plenário através deste projeto, buscando a apreciação e o apoio unânime de meus Pares, visando disciplinar adequadamente o uso e a ocupação do solo adequados à exploração de atividades de pesquisa e extração de água de fontes subterrâneas.

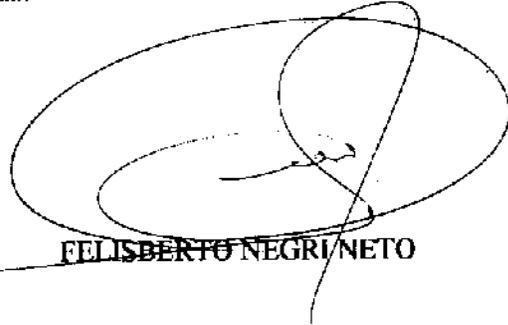


(PLC nº. 604 - fls. 5)

Faço, ainda, para tanto, a transcrição do art. 176 da Constituição Federal e do art. 192 da Constituição do Estado de São Paulo:

"Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra."

"Art. 192. A execução de obras, atividades, processos produtivos e empreendimentos e a exploração de recursos naturais de qualquer espécie, quer pelo setor público, quer pelo privado, serão admitidas se houver resguardo do meio ambiente ecologicamente equilibrado."



FELISBERTO NEGRI NETO



**CONSULTORIA JURÍDICA
DESPACHO Nº 769**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 604

PROCESSO Nº 32.954

De autoria do Vereador **FELISBERTO NEGRI NETO**, vem a essa Consultoria Jurídica o presente projeto de lei complementar que regula atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral.

Antes de exarmos parecer, entendemos relevante a oitiva dos órgãos técnicos da Prefeitura Municipal de Jundiaí, no sentido de que se manifestem sobre a viabilidade técnica do projeto, motivo pelo qual sugerimos à Presidência da Casa, em acolhendo o presente despacho, seja encaminhado ao Executivo cópia de inteiro teor da proposta.

Com a resposta do Alcaide, retome os autos a este Consultoria Jurídica para reavaliação do projeto.

Jundiaí, 03 de julho de 2007.

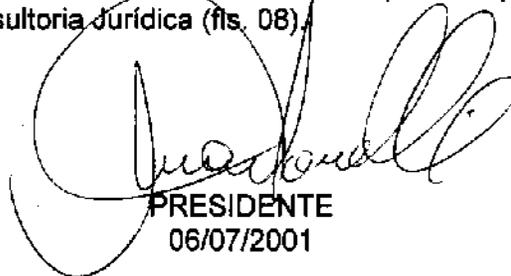
FÁBIO NADAL PEDRO
Assessor Jurídico



proc. 32.954

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

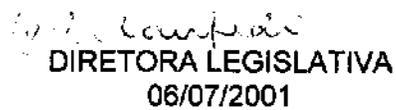
Oficie-se ao Sr. Prefeito Municipal, em nome da Presidência, solicitando-lhe o apontado pela Consultoria Jurídica (fls. 08).



PRESIDENTE
06/07/2001

DIRETORIA LEGISLATIVA

Cumpra-se, conforme despacho supra.



DIRETORA LEGISLATIVA
06/07/2001



Of. PR 07.01.13
proc. 32.954

Em 06 de julho de 2001

Exmo. Sr.

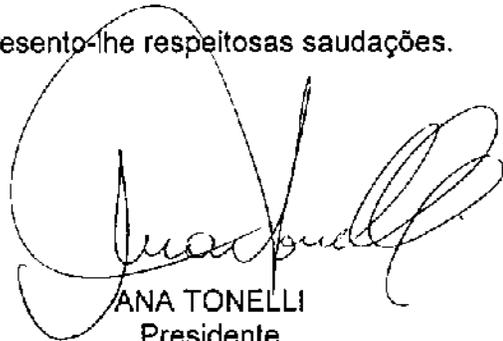
Dr. MIGUEL MOUBADDA HADDAD

DD. Prefeito Municipal de Jundiaí

NESTA

A V.Ex.^a solicito a gentileza de providenciar as informações apontadas pela Consultoria Jurídica desta Edilidade no Despacho n.º 769/01 - que segue por cópia anexa -, relativo ao Projeto de Lei Complementar n.º 604, do Vereador Felisberto Negri Neto, que regula atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral.

Sem mais, apresento-lhe respeitosas saudações.



ANA TONELLI
Presidente

Recabi.
<i>Ana Tonelli</i>
Em 18/07/01

EXPEDIENTE

11
32.954
eu

Secretaria Municipal
de Planejamento e Meio Ambiente



Cidade do Novo Século MUNICIPAL

Praça da Liberdade s/nº - 5º andar - Ala Sul
Fone: (011)4582-8877 R.1321 - FAX: (011)4582-0771

030002 010100 2350

Ofício SMPMA 286/2001

Jundiá, 28 de Agosto de 2001.

Excelentíssima Senhora Presidente:

DÊ-SE VISTA AO AUTOR.
À CONSULTORIA JURÍDICA.
Presidente
4/9/01

Em atenção ao que consta do Ofício PR 07.01.13, datado de 06 de julho de 2001, vimos informar a V. Exª. que, sob o aspecto técnico, a Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente nada tem a opor ao Projeto de Lei Complementar nº 604, de autoria do Vereador Felisberto Negri Neto.

Contudo, considerando-se que as atividades relacionadas a extração mineral, para fins de uso e ocupação do solo, enquadram-se na categoria industrial, sugerimos, para melhor adequação e clareza do disposto no inciso III do Artigo 1º da propositura, a seguinte redação:

"Artigo 1º (...)

(...)

III - para fins de elaboração e aprovação de projetos das obras civis necessárias, de acordo com a legislação pertinente, as atividades de que trata o "caput" deste artigo se enquadram na categoria de Indústria de Extração e Beneficiamento de Água Mineral, sendo

12
32.954
Cui

Secretaria Municipal
de Planejamento e Meio Ambiente



Prça da Liberdade s/nº - 5ª andar - Ala Sul
Fone: (011)4582-8877 R.1321 - FAX: (011)4582-0771

*aplicáveis os índices de utilização definidos para o setor
onde se localiza o Imóvel.”*

Na oportunidade, reiteramos ossos protestos de elevada
estima e distinta consideração.

Atenciosamente

(Francisco José Carbonari)

Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente

Exma. Srª

Vereadora ANA VICENTINA TONELLI

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

NESTA.



**CONSULTORIA JURÍDICA
PARECER Nº 6.022**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 604

PROCESSO Nº 32.954

De autoria do Vereador **FELISBERTO NEGRI NETO**, o presente projeto de lei complementar regula atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral.

A propositura encontra sua justificativa às fls. 05/06 dos autos.

É o relatório.

PARECER:

A proposta em estudo, em que pese o intento nela contido, afigura-se nos inconstitucional e ilegal.

DA INCONSTITUCIONALIDADE

I-) Incompetência *ratione materiae* do Município para dispor sobre o tema.

Não cabe ao Município dispor sobre a atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral.

Assim, o presente projeto de lei é flagrantemente inconstitucional, por invadir competência privativa de outro ente político (somente quem tem competência para conceder/outorgar o serviço público pode regrá-lo, por consequência) . Noutro falar, o projeto de lei invade competência de outro ente político, maculando o princípio federativo estampado no *caput* do art. 1º da CF/88, *verbis*:

"A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de Direito..."



O federalismo, se caracteriza por estabelecer uma escala de descentralização do poder estatal entre os entes políticos que compõem determinado Estado, sob a forma de estruturas decrescentes, interiores uma às outras, enriquecidas de maior ou de menor número de poderes públicos a elas devolvidos.¹ Nesse passo, qualquer ato praticado por um dos entes políticos que ultrapasse o limite de sua competência, estiola o princípio federativo, e por consequência, será tido por inconstitucional.

É o caso do presente projeto de lei, que invade a competência de outro ente político, lesando o princípio federativo - cláusula pétrea².

DA ILEGALIDADE

Passamos agora, a análise das ilegalidades.

I-) Ingerência do Poder Legislativo na organização dos serviços públicos. Vício de origem a macular o processo legislativo municipal.

Há flagrante vício orgânico-material no processo legislativo, vale dizer, o **processo legislativo está sendo deflagrado por poder incompetente (Poder Legislativo) sobre matéria que não compete ao Município.**

Note-se que a autorização de lavra é regulada pelo Decreto-lei nº 7841, de 08 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais), em especial, pelos artigos 8 *usque* 18 do referido *codex*.

CONCLUSÃO

Logo, entendemos que o presente projeto invade competência de outro ente político. Com isto, está evidenciada sua inconstitucionalidade e ilegalidade.

¹ cf. Pontes de Miranda, in Comentários a CF/67, Ed. RT, 1967, Tomo I, p. 294.



COMISSÕES A SEREM OUVIDAS

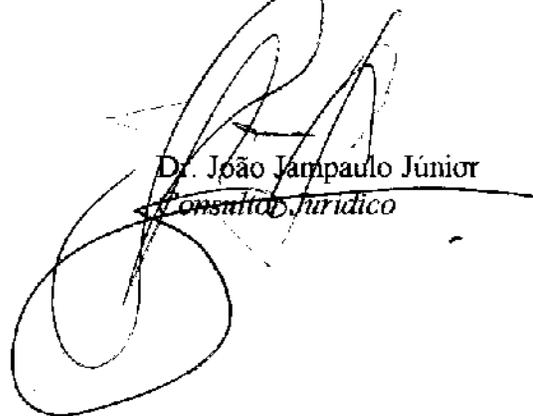
Deve ser ouvida unicamente a Comissão de Justiça e Redação, por se tratar de vício exclusivo de juridicidade.

QUORUM PARA VOTAÇÃO

Majoria absoluta, consoante parágrafo único do art. 43 Lei Orgânica do Município.

É o nosso parecer.

Jundiaí, 13 de setembro de 2001.



Dr. João Jampaulo Júnior
Consultor Jurídico

² Trata-se de matéria que somente pode ser alterada mediante edição de nova Carta Política (Poder Constituinte originário), consoante inciso I do § 4º do art. 60 da CF/88.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
DNPM
DECRETO-LEI Nº 7.841 - DE 8 DE AGOSTO DE 1945
CÓDIGO DE ÁGUAS MINERAIS
CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - Águas minerais são aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa.

§ 1º - A presente lei estabelece nos Capítulos VII e VIII as características de composição e propriedades para classificação como água mineral pela imediata atribuição de ação medicamentosa.

§ 2º - Poderão ser, também, classificadas como minerais, águas que, mesmo sem atingir os limites da classificação estabelecida nos Capítulos VII e VIII, possuam inconteste e comprovada ação medicamentosa.

§ 3º - A ação medicamentosa referida no parágrafo anterior das águas que não atinjam os limites da classificação estabelecida nos Capítulos VII e VIII deverá ser comprovada no local, mediante observações repetidas, estatísticas completas, documentos de ordem clínica e de laboratório, a cargo de médicos crenologistas, sujeitas as observações à fiscalização e aprovação da Comissão Permanente de Crenologia definida no Art. 2º desta Lei.

Art. 2º - Para colaborar no fiel cumprimento desta Lei fica criada a Comissão Permanente de Crenologia, diretamente subordinada ao Ministro das Minas e Energia.(1)

§ 1º - A Comissão Permanente de Crenologia terá a Presidência do Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral e se comporá de quatro especialistas no assunto, de livre escolha do Presidente da República; um dos membros será escolhido entre o pessoal do órgão técnico especializado do DNPM.

§ 2º - O Regimento da Comissão Permanente de Crenologia, as atribuições e direitos de seus membros serão fixados posteriormente por portaria do Ministro das Minas e Energia e leis subseqüentes.

Art. 2º/1 No Decreto-Lei o nome do Ministério da Agricultura foi substituído para o de Ministério das Minas e Energia, em virtude da nova vinculação administrativa.

Art. 3º - Serão denominadas "águas potáveis de mesa" as águas de composição normal provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que preencham tão-somente as condições de potabilidade para a região.

Parágrafo Único - O Ministro das Minas e Energia, em portaria, estabelecerá os limites de potabilidade, de acordo com os dados fornecidos pelo DNPM.

Art. 4º - O aproveitamento comercial das fontes de águas minerais ou de mesa, quer situadas em terrenos de domínio público, quer de domínio particular, far-se-á pelo regime de autorizações sucessivas de pesquisa e lavra instituído pelo Código de Minas, observadas as disposições especiais da presente lei.

Parágrafo Único - O aproveitamento comercial das águas de mesa é reservado aos proprietários do solo.

CAPÍTULO II

Da autorização de pesquisa

Art. 5º - A pesquisa de água mineral, termal, gasosa, de mesa ou destinada a fins balneários, será regulada pelo disposto no Capítulo II do Código de Minas, ressalvadas as disposições especiais desta Lei.

Art. 6º - Por pesquisa de uma fonte de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, entendem-se todos os trabalhos necessários ao conhecimento do valor econômico da fonte e de seu valor terapêutico, quando existente, abrangendo, no mínimo:

I - O estudo geológico da emergência, compreendendo uma área cuja extensão seja suficiente para esclarecer as relações existentes entre as fontes e os

acidentes geológicos locais, permitindo formar-se juízo sobre as condições de emergência no sentido de ser fixado criteriosamente o plano racional de captação.

II - O estudo analítico das águas e dos seus gases espontâneos, quando existentes, do ponto de vista de suas características químicas, físico-químicas e bacteriológicas.

Parágrafo Único - O estudo das águas constará no mínimo dos seguintes dados:

I - Pressão osmótica e grau crioscópico, condutividade elétrica, concentração iônica de hidrogênio, teor em radônio e torônio da água e dos seus gases espontâneos; temperatura e vazão.

II - Análise química completa da água e dos gases dissolvidos, assim como a sua classificação de acordo com as normas adotadas na presente Lei.

III - Análise bacteriológica, compreendendo testes de suspeição, confirmatório e completo para o grupo coli-aerogêneo, assim como contagem global em 24 horas a 37°C e em 48 horas a 20°C, executado este exame de acordo com técnica a ser adotada oficialmente; será desde logo considerada poluída e imprópria para o consumo toda a água que apresentar o grupo coli-aerogêneo, presente em 10 mililitros.

IV - Análise e vazão dos gases espontâneos.

Art. 7º - As análises químicas e determinações dos demais dados a que se refere o artigo precedente serão repetidas em análises completas ou de elementos característicos no mínimo, duas vezes num ano, ou tantas vezes quantas o DNPM julgar conveniente, até ficar comprovado possuir a água da fonte uma composição química regularmente definida, antes de se poder considerar satisfatoriamente terminada a pesquisa autorizada.

CAPÍTULO III

Da Autorização de Lavra

Art. 8º - A lavra de uma fonte de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários será regulada pelo disposto no Capítulo III do Código de Minas, ressalvadas as disposições especiais da presente Lei.

Art. 9º - Por lavra de uma fonte de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, entendem-se todos os trabalhos e atividades de captação, condução, distribuição e aproveitamento das águas.

Art. 10 - A lavra de uma fonte de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, será solicitada ao Ministro das Minas e Energia em requerimento, no qual, além dos dispositivos do Capítulo III do Código de Minas, figure:

I - certificado de análise química, físico-química e bacteriológica da água, firmado pelo órgão técnico do DNPM e certidão da aprovação do seu relatório de pesquisa.

II - No caso das águas minerais que não atingirem os limites constantes dos Capítulos VII e VIII da presente Lei, além dos dados mencionados na alínea anterior, relação dos trabalhos submetidos à aprovação da Comissão Permanente de Crenologia sobre as propriedades terapêuticas da água proveniente da fonte, bem como certidão do parecer favorável desta Comissão para sua classificação como mineral.

III - Uma planta em duas vias indicando a situação exata das fontes e o esboço geológico dos arredores, com os necessários cortes geológicos, esclarecendo as condições de emergências das fontes.

IV - Plantas e desenhos complementares, em duas vias, com memória justificativa dos planos e processos adotados para a captação e proteção das fontes, condução e distribuição das águas além de dados sobre vazão e temperatura das fontes.

V - Plantas e desenhos complementares em duas vias relativas ao projeto de instalação para utilização das águas em todas as suas modalidades incluindo reservatório, maquinaria, aparelhamento balneário e hidroterápico, etc.

Art. 11 - O DNPM ao processar um pedido de autorização de lavra de fonte poderá ouvir quando julgar conveniente a Comissão Permanente de Crenologia.

Art. 12 - Às fontes de água mineral termal ou gasosa em exploração regular poderá ser assinalado, por decreto, um perímetro de proteção, sujeito a modificações posteriores se novas circunstâncias o exigirem.

Art. 13 - Nenhuma sondagem ou qualquer outro trabalho subterrâneo poderá ser praticado no perímetro de proteção de uma fonte, sem autorização prévia do DNPM.

§ 1º - No caso de fossas, cisternas, galerias para extração de material e outros fins, fundações de casas e outros trabalhos a céu aberto, o decreto que fixar o perímetro de proteção imporá aos proprietários a obrigação de obterem com uma antecedência de 90 (noventa) dias, uma autorização do DNPM para tal fim.

§ 2º - Os trabalhos empreendidos no perímetro de proteção de uma fonte poderão ser interditados pelo DNPM mediante solicitação do concessionário quando forem julgadas procedentes as alegações.

Art. 14 - O DNPM a pedido do concessionário e após exame pericial realizado por técnicos que designar poderá determinar a suspensão de sondagem ou trabalhos subterrâneos executados fora do perímetro de proteção desde que sejam eles julgados suscetíveis de prejudicar uma fonte.

Art. 15 - Quando a ocupação de um terreno compreendido num perímetro de proteção privar o proprietário de seu uso por período superior a um mês ou quando depois dos trabalhos executados o terreno se tornar impróprio para o uso ao qual era destinado anteriormente, poderá o seu proprietário exigir do concessionário da fonte, pelo terreno ocupado ou desnaturado, uma indenização que será regulada nas formas previstas em lei.

Parágrafo Único - As indenizações devidas pelo concessionário da fonte não poderão exceder o montante dos prejuízos materiais que sofrer o proprietário do terreno, assim como o preço dos trabalhos inutilizados, acrescido da importância necessária para o restabelecimento das condições primitivas, acrescentada uma parcela correspondente aos lucros cessantes.

Art. 16 - A destruição ou a execução dos trabalhos em terrenos de outrem para proteção da fonte só poderá ter início depois da prestação de uma caução, cujo montante será fixado pela autoridade competente, mediante arbitramento ou acordo entre as partes; essa quantia servirá de garantia para o pagamento das indenizações devidas.

Art. 17 - Em caso de oposição do órgão técnico competente do DNPM, o concessionário só poderá realizar trabalhos nas fontes, após introduzir em seus projetos as alterações julgadas necessárias.

Parágrafo Único - Na falta de decisão do DNPM por período superior a três meses, o concessionário poderá executar os trabalhos projetados independente de autorização, depois de comunicação àquele Departamento.

Art. 18 - Quando o aproveitamento de uma fonte estiver sendo feito de modo a comprometê-la, ou estiver em desacordo com as condições técnicas e higiênicas estabelecidas na presente lei poderá ela ser interditada, até que sejam restabelecidas condições satisfatórias de exploração.

CAPÍTULO IV

Das Estâncias que Exploram Águas Minerais e das Organizações que Exploram Águas Potáveis de Mesa

Art. 19 - A instalação ou funcionamento de uma estância hidromineral, por parte de um titular de lavra de fonte, exige a satisfação dos seguintes requisitos mínimos, a critério do órgão competente do DNPM;

I - Montagem de instalações crenoterápicas convenientes, de acordo com a natureza das águas.

II - Construção ou existência de hotéis ou sanatórios com instalações higiênicas convenientes, providas de serviços culinário apto a atender às indicações dietéticas.

III - Contrato de médico especialista encarregado da orientação do tratamento e facilidades gerais de tratamento e assistência médico-farmacêuticas.

IV - Existência de laboratório para realização de exames bacteriológicos periódicos, para verificação da Pureza das águas em exploração ou contrato de tais serviços com organização idônea, a juízo do DNPM.

V - Existência de um posto meteorológico destinado à obtenção das condições climáticas locais.

VI - Organização das fichas sanitárias dos funcionários das estâncias e dos hotéis, renovadas pelo menos cada seis meses.

VII - No caso da água ser entregue engarrafada ao consumo, além dos requisitos especiais determinados para cada caso pelo órgão competente do DNPM, será no mínimo exigida, na instalação de engarrafamento, a existência de uma máquina engarrafadora automática ou semi-automática e de uma máquina ou dispositivo destinado à lavagem do vasilhame durante o tempo necessário, com uma solução de soda cáustica a 10º Baumé aquecida a 60°C ou um outro processo ou dispositivo aprovado pelo DNPM, que assegure esterilização do vasilhame.

Art. 20 - Às empresas que exploram água potável de mesa ou engarrafam águas minerais serão aplicadas as exigências das alíneas IV, VI e VII do artigo precedente.

Art. 21 - As empresas que aproveitam as águas minerais para preparo de sais medicinais estarão sujeitas a todas as exigências gerais desta lei e mais às prescrições específicas que a Comissão Permanente de Crenologia determinar para cada caso.

Art. 22 - As estâncias serão classificadas pela Comissão Permanente de Crenologia em 3 grupos, segundo a qualidade de suas instalações.

CAPÍTULO V

Da Fiscalização das Estâncias que Exploram Água Mineral e das Organizações que Exploram Águas de Mesa Destinadas a fins Balneários

Art. 23 - A fiscalização da exploração, em todos os seus aspectos, de águas minerais, termais, gasosas e potáveis de mesa, engarrafadas ou destinadas a fins balneários, será exercida pelo DNPM, através do seu órgão especializado.

Art. 24 - As autoridades sanitárias e administrativas federais, estaduais e municipais, deverão auxiliar e assistir o DNPM em tudo que for necessário ao fiel cumprimento desta lei.

Parágrafo Único - O DNPM comunicará às autoridades estaduais e municipais, qualquer decisão que for tomada relativamente ao funcionamento de uma fonte situada em sua jurisdição.

CAPÍTULO VI

Do Comércio da Água Mineral, Termal, Gasosa, de Mesa ou Destinada a fins Balneários

Art. 25 - Só será permitida a exploração comercial de água (mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários) quando previamente analisada no DNPM, e após expedição do Decreto de Autorização de Lavra.

Art. 26 - Não poderão ser exploradas comercialmente, para quaisquer fins, as fontes sujeitas à influência de águas superficiais e por conseguinte suscetíveis de poluição.

Art. 27 - Em cada fonte em exploração regular, além de determinação mensal da descarga e de certas propriedades físicas e físico-químicas, será exigida a realização de análises químicas periódicas, parciais ou completas, e, no mínimo, uma análise completa de 3 em 3 anos, para verificação de sua composição.

Parágrafo Único - Em relação às qualidades higiênicas das fontes serão exigidos, no mínimo, quatro exames bacteriológicos por ano, um a cada trimestre, podendo, entretanto, a repartição fiscalizadora exigir as análises bacteriológicas que julgar necessárias para garantir a pureza da água da fonte e da água engarrafada ou embalada em plástico (1).

Art. 27/ 1. Alteração feita por força da Lei nº 6.726, de 21.11.79.

Art. 28 - Uma vez classificada a água pelo DNPM, será proibido o emprego no comércio ou na publicidade da água, de qualquer designação suscetível de causar confusão ao consumidor, quanto à fonte ou procedência, sob pena de interdição.

Art. 29 - Fica criado o rótulo-padrão sujeito à aprovação do DNPM devendo as águas engarrafadas indicar no mesmo:

- I - Nome da fonte;
- II - Natureza da água;
- III - Localidade;
- IV - Data e número da concessão;
- V - Nome do concessionário;
- VI - Constantes físico-químicas, composição analítica e classificação, segundo o DNPM;
- VII - Volume do conteúdo;
- VIII - Carimbo com ano e mês do engarrafamento.

§ 1º - As águas minerais carbogasosas naturais, quando engarrafadas, deverão declarar no rótulo, em local visível, "água mineral carbogasosa natural".

§ 2º - É obrigatória a notificação da adição de gás carbônico às águas engarrafadas, quando este não provenha da fonte; essas águas estão sujeitas às seguintes especificações, sem prejuízo das outras exigências constantes desta Lei:

I - As águas minerais deverão declarar no rótulo, em local visível, "Água mineral gaseificada artificialmente".

II - As águas potáveis de mesa deverão declarar no rótulo, em local visível, "Água potável de mesa gaseificada artificialmente".

§ 3º - Nenhuma designação relativa às características ou propriedade terapêuticas das fontes podem constar dos rótulos, a menos que seja autorizada pela Comissão Permanente de Crenologia.

Art. 30 - Os recipientes destinados ao engarrafamento da água para o consumo deverão ser de vidro transparente, de paredes internas lisas, fundo plano e ângulos internos arredondados, e com fecho inviolável, resistente a choques, aprovados pelo DNPM.

Art. 31 - Constituirá motivo para interdição, a apreensão do estoque e multa, além de qualquer infração aos dispositivos da presente lei:

- I - expor à venda, ao consumo ou à utilização, água cuja exploração não tenha sido legalmente autorizada por decreto de lavra;
- II - utilizar rótulo com dizeres diversos dos aprovados pelo DNPM;
- III - expor à venda água originária de outra fonte;
- IV - expor à venda ou utilizar água em condições higiênicas impróprias para o consumo.

§ 1º - Para efeito da interdição, apreensão e multa de que trata o presente artigo, o órgão competente do DNPM poderá, a seu critério, tomar as seguintes medidas, além de outras previstas na presente lei:

- I - apreensão e inutilização do estoque da água engarrafada;
- II - inabilitação do concessionário para adquirir selos de consumo enquanto durar a interdição;
- III - apreensão de guias e selos de consumo, em poder do interessado, no momento da interdição, que serão conservados em custódia até a regularização da situação, para abertura da fonte ou interdição definitiva.

§ 2º - A multa a que se refere este artigo será de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 20.000,00, sendo o infrator intimado a recolher aos cofres públicos a importância respectiva, que será elevada ao dobro no caso de reincidência, sem prejuízo do cumprimento das demais exigências deste artigo.

Art. 32 - As disposições da presente lei aplicam-se igualmente às águas nacionais utilizadas dentro do País e às que devem ser exploradas.

Art. 33 - As águas minerais de procedência estrangeira só poderão ser expostas ao consumo, após cumprimento, no que lhes for aplicável a juízo do DNPM, das disposições sobre comércio das águas minerais nacionais estabelecidas na presente Lei.

Art. 34 - As soluções salinas artificiais, quando vendidas em garrafas ou outros vasilhames, deverão trazer sobre o rótulo, em lugar bem visível, a denominação "solução salina artificial".

CAPÍTULO VII

Da Classificação Química das Águas Minerais

Art. 35 - As águas minerais serão classificadas, quanto à composição química em:
I - oligominerais, quando, apesar de não atingirem os limites estabelecidos neste artigo, forem classificadas como minerais pelo disposto nos §§ 2º e 3º, do Art. 1º da presente lei;

II - radíferas, quando contiverem substâncias radioativas dissolvidas que lhes atribuam radioatividade permanente;

III - alcalino-bicarbonatadas, as que contiverem, por litro, uma quantidade de compostos alcalinos equivalentes, no mínimo, a 0,200 g de bicarbonato de sódio;

IV - alcalino-terrosas, as que contiverem, por litro, uma quantidade de compostos alcalino-terrosos equivalente, no mínimo, a 0,120 g de carbonato de cálcio, distinguindo-se:

a) alcalino-terrosas cálcicas, as que contiverem, por litro, no mínimo, 0,048 g de cátion Ca sob a forma de bicarbonato de cálcio;

b) alcalino-terrosas magnesianas, as que contiverem, por litro, no mínimo, 0,030 g de cátion Mg sob a forma de bicarbonato de magnésio;

V - sulfatadas, as que contiverem, por litro, no mínimo, 0,100 g do ânion SO₄ combinado aos cátions Na, K e Mg;

VI - sulfurosas, as que contiverem, por litro, no mínimo, 0,001 g de ânion S;

VII - nitradas, as que contiverem, por litro, no mínimo, 0,100 g do ânion NO₃ de origem mineral;

VIII - cloretadas, as que contiverem, por litro, no mínimo, 0,500 g do ClNa (Cloreto de Sódio);

IX - ferruginosas, as que contiverem, por litro, no mínimo, 0,005 g do cátion Fe;

X - radioativas, as que contiverem radônio em dissolução, obedecendo aos seguintes limites:

a) francamente radioativas, as que apresentarem, no mínimo, um teor em radônio compreendido entre 5 e 10 unidades Mache, por litro, a 20°C e 760 mm de Hg de pressão;

b) radioativas as que apresentarem um teor em radônio compreendido entre 10 e 50 unidades Mache por litro, a 20°C e 760 mm Hg de pressão;

c) fortemente radioativas, as que possuírem um teor em radônio superior a 50 unidades Mache, por litro, a 20°C e 760 mm de Hg de pressão.

XI - Toriáticas, as que possuírem um teor em torônio em dissolução, equivalente em unidades eletrostáticas, a 2 unidades Mache por litro, no mínimo.

XII - Carbogasosas, as que contiverem, por litro, 200 ml de gás carbônico livre dissolvido, a 20°C e 760 mm de Hg de pressão.

§ 1º - As águas minerais deverão ser classificadas pelo DNPM de acordo com o elemento predominante, podendo ser classificadas mista as que acusarem na sua composição mais de um elemento digno de nota, bem como as que contiverem íons ou substâncias raras dignas de nota (águas iodadas, arseniadas, litinadas, etc.).

§ 2º - As águas das classes VII (nitradas) e VIII (cloretadas) só serão consideradas minerais quando possuírem uma ação medicamentosa definida, comprovada conforme o § 3º do Art. 1º da presente Lei.

CAPÍTULO VIII

Da Classificação das Fontes de Água Mineral

Art. 36 - As fontes de água mineral serão classificadas, além do critério químico, pelo seguinte:

1º) Quanto aos gases

I - Fontes radioativas:

a) francamente radioativas, as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 litro por minuto (1 l.p.m.) com um teor em radônio compreendido entre 5 e 10 unidades Mache, por litro de gás espontâneo, a 20°C e 760 mm de Hg de pressão;

b) radioativas, as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 l.p.m., com um teor compreendido entre 10 e 50 unidades Mache, por litro de gás espontâneo, a 20°C e 760 mm de Hg de pressão;

c) fortemente radioativas, as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 l.p.m., com teor superior a 50 unidades Mache, por litro de gás espontâneo a 20°C e 760 mm de Hg de pressão;

II - Fontes toriativas, as que apresentarem, no mínimo, uma vazão gasosa de 1 l.p.m., com um teor em torônio na emergência equivalente em unidades eletrostáticas a 2 unidades Mache por litro;

III - Fontes Sulfurosas, as que possuírem na emergência desprendimento definido de gás sulfídrico.

2º) Quanto à Temperatura

I - Fontes frias, quando sua temperatura for inferior a 25°C;

II - Fontes hipotermiais, quando sua temperatura estiver compreendida entre 25 e 33°C;

III - Fontes mesotermiais, quando sua temperatura estiver compreendida entre 33 e 36°C;

IV - Fontes isotermiais, quando sua temperatura estiver compreendida entre 36 e 38°C;

V - Fontes hipertermiais, quando sua temperatura for superior a 38°C.

CAPÍTULO IX

Da Tributação

Art. 37 - O conjunto dos tributos que recaírem sobre as fontes e águas minerais está sujeito ao limite máximo de 8% da produção efetiva, calculado de acordo com o Art. 68 do Código de Minas.

§ 1º - As águas potáveis de mesa, gaseificadas artificialmente ou não, pagarão sempre, no mínimo, o duplo dos tributos federais devidos pelas águas minerais, não se aplicando às mesmas o limite máximo de 8% previsto no Art. 68 do Código de Minas.

§ 2º - As soluções salinas artificiais recolherão ao Tesouro Nacional como taxa de produção efetiva, contribuição correspondente a 20% do valor da produção.

CAPÍTULO X

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 38 - Logo após a promulgação da presente Lei, todas as empresas que exploram água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, deverão realizar novos estudos de suas fontes, os quais deverão estar terminados no prazo de 2 anos.

Parágrafo Único - Estes estudos serão realizados segundo os dispositivos da presente Lei, pelo órgão técnico competente do DNPM, de acordo com as normas estabelecidas pelo regimento em vigor.

Art. 39 - Todas as empresas que exploram água mineral, termal, gasosa, de mesa ou destinada a fins balneários deverão, dentro do prazo de um ano de vigência desta Lei, estar rigidamente enquadradas nos seus dispositivos e nos do Código de Minas.

Art. 40 - O DNPM deverá proceder, de acordo com os dispositivos desta Lei, à classificação de todas as fontes em exploração, no prazo máximo de 2 anos, prorrogável a juízo do Ministro das Minas e Energia.

Parágrafo Único - Será mantida a classificação de mineral para as águas em exploração regular diante do Código de Minas e cujos característicos químicos e físico-químicos satisfaçam aos limites de composição estabelecidos anterior.

Art. 41 - O Governo expedirá oportunamente uma lei concedendo favores às estâncias hidrominerais.

Parágrafo Único - Dentro de seis meses, a partir da publicação desta Lei, o DNPM apresentará ao Governo um anteprojeto regulando o assunto e as normas para classificação das estâncias segundo a qualidade de suas instalações (1).

Art. 41/ 1. A lei nº 2.661, de 3.12.955, que regulamentou o Art. 153, § 4º da Constituição Federal, define o que seja estância termomineral, hidromineral ou simplesmente mineral; indica a modalidade de concessão de auxílios da União aos Estados e Municípios, sob convênio; prevê inclusão de verba própria, na proposta orçamentária da União, para atender os referidos auxílios. A Constituição de 1967, porém alterando a norma anterior, veda aos Estados qualquer intromissão no setor da mineração, que é privativo da União Federal.

Art. 42 - Até que a Comissão Permanente de Crenologia organize um regulamento geral para exploração das estâncias, nenhuma pessoa poderá fazer uso continuado das fontes hidrominerais, ainda mesmo a título de repouso ou de turismo, sem a devida autorização médica.

Art. 43 - Fica proibido o uso endovenoso de água mineral, em natureza, enquanto não ficar provada, em cada caso, a sua inocuidade para os pacientes, a juízo da Comissão Permanente de Crenologia.

Art. 44 - Ao órgão técnico especializado do DNPM competirá:

I - Além das atribuições já fixadas em lei, manter os laboratórios e gabinetes técnicos e científicos necessários ao estudo das águas minerais sob seu aspecto químico, físico-químico, fármaco-dinâmico e dos demais elementos terapêuticos para orientação científica das suas aplicações clínicas;

II - Fixar, mediante ampla colaboração com os interessados, os métodos de análises químicas e bacteriológicas tendo em vista a uniformização dos resultados;

III - Promover articulação com os órgãos técnicos e administrativos competentes, no sentido de estabelecer íntima colaboração com os Estados e Municípios, para a coordenação de esforços na organização e execução dos planos de aparelhamento e defesa das estâncias e na fiscalização do comércio de águas;

IV - Propor padrões regionais de potabilidade.

Art. 45 - À requisição dos concessionários, ou desde que seja julgada de interesse público, o DNPM poderá prestar assistência técnica aos trabalhos previstos nos Capítulos II e III desta Lei, mediante indenização pelas despesas relativas à assistência prestada ou pagamento de uma importância acordada previamente.

Art. 46 - Dentro de seis meses a partir da data de sua constituição, a Comissão Permanente de Crenologia proporá ao Governo a regulamentação da presente lei. Parágrafo Único. Os assuntos tratados no Art. 29 e seus parágrafos e no Art. 30 poderão ser objeto de modificação pela regulamentação a ser expedida oportunamente.

Art. 47 - Fica incluída na classe XI, de que trata o Art. 3º do Código de Minas, a categoria de águas de mesa.

Art. 48 - Esta Lei consolida todos os dispositivos legais sobre águas minerais e águas potáveis de mesa.

Art. 49 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 50 - Ficam revogadas as disposições em contrário.



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº 32.954

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 604, do Vereador FELISBERTO NEGRI NETO, que regula atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral.

PARECER Nº 301

O projeto de lei complementar em questão visa regular atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral.

Conforme bem observado pela Consultoria Jurídica desta Casa, existe o Código de Águas (Decreto-Lei 7.841), de âmbito federal, sendo vedado ao Município regular sobre os cursos d'água, lençóis freáticos e sua extração e pesquisa.

Quanto a comercialização e engarrafamento de água mineral, entendemos que é uma situação distinta, e cumprida as exigências das normas federais pode ocorrer de forma concessionária e complementar.

Assim acompanhamos o parecer da Consultoria Jurídica e votamos contrário à tramitação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18.09.2001.

APROVADO
18/09/2001

JOSÉ APARECIDO MARCUSSI
Presidente

JOSÉ ANTONIO KACHAN

DURVAL LOPES ORLATO
Relator

FELISBERTO NEGRI NETO

JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA



REQUERIMENTO AO PLENÁRIO Nº

821

SUSTAÇÃO da tramitação do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 604, do Vereador FELISBERTO NEGRI NETO, que regula atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral.



REQUEIRO à Mesa, na forma como dispõe o Regimento Interno, mediante aprovação do soberano Plenário, a SUSTAÇÃO da tramitação do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 604, de minha autoria, que regula atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral.

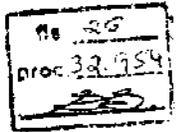
Sala das Sessões, 25/09/01



FELISBERTO NEGRI NETO



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



Of. PR 09.01.201

Em 26 de setembro de 2001

Exm.º Sr.
Vereador FELISBERTO NEGRI NETO
N E S T A

O Projeto de Lei Complementar n.º 604, de sua autoria – regula atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral –, recebeu parecer contrário da CJR.

Sendo assim, nos termos do Regimento Interno (art. 139, § 2.º), referido parecer deverá ser apreciado pelo Plenário.

Sem mais, a V.Ex.ª apresento minhas cordiais saudações.



ANA TONELLI
Presidente

Recebi	
Ass.	
Nome	
Localidade	
Em 02/10/2001	

pr09.01.201.doc/cm



REQUERIMENTO AO PLENÁRIO Nº

1.037

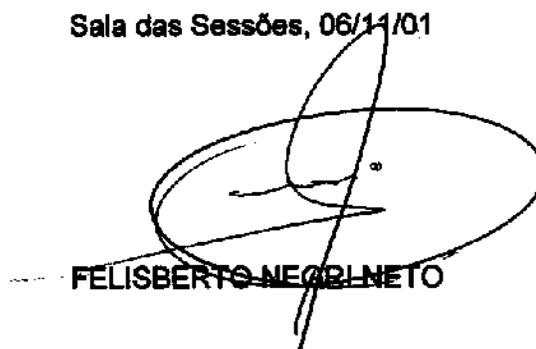
RETIRADA do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 604, do Vereador FELISBERTO NEGRI NETO, que regula atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral.

APROVADO

Presidente
13/11/2001

REQUEIRO à Mesa, na forma como dispõe o Regimento Interno, mediante aprovação do soberano Plenário, a RETIRADA do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 604, de minha autoria, que regula atividade de pesquisa, extração e engarrafamento de água mineral.

Sala das Sessões, 06/11/01


FELISBERTO NEGRI NETO